

Alargamento das Áreas Marinhas Protegidas não pode ser feita à revelia dos pescadores e da comunidade científica

Mário Tomé lamentou esta terça-feira que o Governo Regional esteja a “tomar muitas decisões sem consultar as associações de pescadores” e, muitas vezes, “desrespeitando os pareceres destes parceiros do setor”, alertando que a “implementação das Áreas Marinhas Protegidas não pode ser feita à revelia dos pescadores nem da comunidade científica”.

O deputado socialista falava à saída de uma reunião do GPPS com a Associação de Produtores de Espécies Demersais dos Açores, no âmbito das Jornadas Parlamentares do PS, na cidade da Horta.

Mário Tomé realçou que os pescadores são, no geral, “favoráveis à ampliação de áreas marinhas protegidas nos Açores, porque percebem que isso irá assegurar rendimento no futuro”, mas defendeu que o Governo Regional deve “acompanhar essa decisão com medidas compensatórias, uma vez que estamos a falar de uma possível redução do rendimento dos pescadores”.

“Estamos a falar do ganha-pão de muitas famílias Açorianas, não se pode simplesmente duplicar as áreas marinhas protegidas no imediato, vedando-as às pescas, sem compensar de alguma forma os nossos pescadores por isso”, defendeu.

O parlamentar socialista alertou para o perigo de se implementar áreas marinhas totalmente protegidas, uma vez que isso “impediria os pescadores Açorianos de captarem espécies migratórias, como o atum”, podendo levar, inadvertidamente, ao “crescimento da pesca ilegal”.

“Tomar decisões radicais irá prejudicar a economia dos Açores, porque basicamente representará o aumento de importações de peixe para alimentar a restauração e a população, seja residente ou flutuante”, alertou.

Mário Tomé manifestou toda a sua preocupação com os “significativos aumentos do gasóleo pescas, que aumentaram 120% entre janeiro de 2021 e o corrente mês de novembro”, a par daquilo que aconteceu com os combustíveis no geral.

O deputado do GPPS lembrou que o PS/Açores já avançou com uma proposta com o objetivo de reforçar o apoio ao gasóleo agrícola e das pescas, concretamente concedendo um apoio que “permita reduzir o preço destes combustíveis profissionais em 10 cêntimos, porque isso beneficiaria pescadores e consumidores”.

Igualmente presente na reunião, José Ávila lamentou toda a “trapalhada do Governo com a Escola do Mar dos Açores”, um projeto concretizado pelo anterior Governo, suportado pelo PS. A esse respeito, o socialista não compreende como é que “tem havido administrações sucessivas que nem sequer aquecem o lugar”, o que tem “prejudicado a oferta formativa e todo o potencial daquela escola”.

José Ávila chamou a atenção para a “visível falta de rumo no setor”, materializada por “medidas soltas e sem estratégia”, apelando ao Governo para “não continuar à deriva” e dando voz às múltiplas queixas que têm chegado ao PS de que “quem está a tutelar a área do mar e pescas tem, de facto, muito pouco conhecimento sobre a matéria”.

“Os Açores, que conferem dimensão Atlântica ao nosso país, com toda a sua zona marítima Económica Exclusiva, com perto de 1 milhão de km², precisam de apostar verdadeiramente numa Economia Azul, que procure o equilíbrio ambiental, mas que não deixe ninguém para trás, nomeadamente os nossos pescadores, que não podem ficar totalmente desprovidos de oportunidades de ganhar a vida”, finalizou o deputado do PS, José Ávila.